

Senado aprova em primeiro turno texto da proposta original que altera rito de tramitação das MPs no Congresso; emendas serão votadas hoje

## FREIO PARA AS MEDIDAS PROVISÓRIAS

Moreira Mariz



No momento em que pesquisa mostra crescimento na avaliação positiva dos parlamentares, Senado vota regras para conter MPs

Uma das bandeiras do presidente do Senado, Renan Calheiros, a proposta que muda as regras das medidas provisórias é considerada um dos principais temas da convocação extraordinária. A iniciativa visa "conter as distorções que atualmente obstruem e emperram o pleno exercício das atividades do Poder Legislativo". As MPs obstruíram a pauta em 65% das sessões deliberativas do Senado em 2005. A proposta de emenda constitucional deverá ser aprovada em segundo turno pelo Senado antes de seguir para a Câmara. **Página 3**

### **Súmula vinculante é acolhida em primeiro turno**

O Plenário aprovou o projeto que regulamenta a edição das súmulas vinculantes pelo Supremo Tribunal Federal. A súmula tem o objetivo de evitar a insegurança jurídica e a multiplicação de processos sobre questões idênticas. Já o projeto que visa impedir o exame pelo Supremo Tribunal Federal de casos de menor importância retornou à Comissão de Justiça. **Página 3**

## A melhora na imagem do Congresso

Rosevelt Pinheiro



O presidente do Senado, Renan Calheiros (*foto*), afirmou ontem que não se surpreende com os dados da pesquisa do Datafolha mostrando melhora na avaliação do Congresso Nacional. "É o resultado do trabalho que estamos realizando, das votações que têm acontecido e da constatação de que estamos apurando as denúncias, sem qualquer possibilidade de acordo", disse. **Página 7**

Célio Azevedo



Luiz Otávio (à direita, ao lado de Tuma) preside a Comissão de Assuntos Econômicos

## Orçamento aprova relatório setorial

Ministério da Defesa deverá ter R\$ 35,44 bilhões; pasta da Justiça, R\$ 5,2 bilhões. **Página 7**

Gilberto Mestrinho (ao microfone) preside reunião da comissão



Moreira Mariz

## Senado busca solução para dívidas de agricultores

Tema de prolongado debate na Comissão de Assuntos Econômicos, a renegociação das dívidas dos agricultores da área da Agência de Desenvolvimento do Nordeste pode ser votada pelo Plenário. O anúncio foi feito pelo presidente do Senado, Renan Calheiros. **Página 7**

### **Amapá poderá receber recursos do Banco Mundial**

Plenário aprova contratação de empréstimo de US\$ 4,8 milhões para projeto Comunidades Duráveis. **Página 7**

Proposta do parlamentar determina que o Senado indique os diretores das agências, caso o presidente não o faça

## José Jorge aponta solução para falta de prestígio das agências

O senador José Jorge (PFL-PE) alertou, ontem, para o desprestígio das agências reguladoras, que têm seus recursos contingenciados pelo governo e chegam a esperar até um ano pela indicação de novos diretores em caso de vacância dos cargos. Ele sugeriu que o Senado assumira a tarefa de fortalecer as agências, aprovando proposta de emenda à Constituição, da qual é o primeiro signatário, fixando que, na ausência de indicação dos diretores das agências reguladoras pelo presidente da República, o Senado faça a indicação.

José Jorge deu como exemplo a situação verificada na Agência Nacional do Petróleo (ANP), sem diretor-geral há quase um ano. Ele citou também a Agência Nacio-



**José Jorge critica espera por até um ano pela indicação de novos diretores**

nal de Energia Elétrica (Aneel), lembrando que 12 associações representativas do setor alertaram o governo, em dezembro, para o risco de colapso da agência.

– Fica claro que o governo não pretende se mobilizar e não faz a indicação de diretores e presidentes – lamentou o senador.

## José Maranhão protesta contra decisão do TCU

José Maranhão (PMDB-PB) protestou ontem contra a decisão do Tribunal de Contas da União (TCU) que considera ilegal o pagamento do Plano de Classificação de Cargos e Salários (PCCS) para uma parte dos funcionários que se aposentou pelo Ministério da Saúde – incluindo-se aí ex-empregados na Paraíba.

O senador afirmou que “a vantagem salarial havia sido agregada,



**Maranhão: vantagem salarial foi garantida a trabalhadores da Paraíba**

desde o final da década de 1980, ao salário do pessoal da área de saúde oriundo do extinto Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social (Inamps), no âmbito da representação paraibana desse ministério”.

# Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço [www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx](http://www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx)

## Plenário aprecia propostas que regulamentam reforma do Judiciário

Três projetos que regulamentam a reforma do Judiciário estão na pauta do Plenário, com sessão marcada para as 14h. O primeiro projeto (PLS 12/06) limita recursos

ao Supremo Tribunal Federal (STF); o segundo (PLS 13/06) regulamenta o instrumento da súmula vinculante – pelo qual as decisões de tribunais superiores ficam sujeitas às inter-

pretações do STF; e o terceiro (PLS 14/06) prevê, em caso de violação dos direitos humanos, a transferência do julgamento da Justiça estadual para a federal.

## Congresso Nacional promulga emenda constitucional

O Congresso realiza, às 12h, sessão solene para promulgar a Emenda Constitucional 49, que torna monopólio da União as atividades relacionadas à produção,

comercialização e utilização de radioisótopos de meia-vida curta, para usos médicos, agrícolas e industriais. A sessão será realizada no Plenário do Senado.

## Representantes da Skymaster e da Auditor falam à CPI

A Sub-Relatoria de Normas de Combate à Corrupção, da CPI dos Correios, ouve, às 10h, o presidente da Auditor, Henrique Ziller. A partir das 15h, a Sub-Relatoria de Contra-

tos, também da mesma comissão, toma depoimentos do sócio da Skycargas Jayme Louzada Bacellar e do ex-funcionário da Skymaster Paulo Roberto de Vasconcelos Gonçalves.



## Sub-relatoria continua ouvindo donos de corretoras

A Sub-Relatoria de Fundos de Pensão ouve, a partir das 10h, o representante do fundo de pensão Serpros, Jorge Luiz Batista Oliveira,

além dos sócios das corretoras que intermediaram negócios com os fundos das estatais. Prestam depoimento hoje David Jesus Gil Fernandes e

Marcos Cássio Lima, da Quality; Alexandre Gastaldel, Lauro José Senra de Gouvêa e Joaquim Cândido de Gouvêa, da Quanta.

## CCJ pode permitir voto fora do domicílio eleitoral

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) reúne-se às 10h. Entre os projetos em pauta está o que regulamenta o voto em trânsito, ou seja, permite que o eleitor que esteja

fora do seu domicílio eleitoral possa votar normalmente. A comissão examina ainda projetos que prevêm o uso de nomes genéricos em medicamentos de uso veterinário.



## CPI dos Bingos ouve ex-assessora do PT

Logo após a reunião da CCJ, por volta das 12h, está prevista a reunião da CPI dos Bingos. A comissão vai ouvir a ex-assessora do PT em Londrina (PR) Soraya Garcia, que denunciou a existência de caixa dois na campanha de reeleição do prefeito Nedson Micheleti (PT) e irregularidades na prestação de contas oficial do PT.

## Indicações para a Antaq

Duas indicações para a diretoria da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) compõem a pauta da Comissão de Infra-Estrutura (CI), que tem reunião marcada para as 10h. Foram sugeridos pelo Executivo os nomes de Murilo de Moraes Rego Corrêa Barbosa e Décio Mauro Rodrigues da Cunha, que serão sabatinados pelos senadores.

## JORNAL DO SENADO

### MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** Renan Calheiros

**1º Vice-Presidente:** Tião Viana

**2º Vice-Presidente:** Antero Paes de Barros

**1º Secretário:** Efraim Morais

**2º Secretário:** João Alberto Souza

**3º Secretário:** Paulo Octávio

**4º Secretário:** Eduardo Siqueira Campos

**Suplentes de Secretário:** Serys Shessarenko, Papaléo Paes, Alvaro Dias e Aelton Freitas

**Diretor-Geral do Senado:** Agaciel da Silva Maia

**Secretário-Geral da Mesa:** Raimundo Carreiro Silva

### COMUNICAÇÃO SOCIAL

**Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social:**

Armando S. Rollemberg

**Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social:** Helival Rios

**Diretor do Jornal do Senado:** Eduardo Leão (61) 3311-3333

**Editores:** Djalba Lima, Edson de Almeida, Iara Altafin, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade e Juliana Steck

**Diagramação:** Henrique Eduardo Lima de Araújo e

Iracema F. da Silva

**Revisão:** Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida,

Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino

**Tratamento de imagem:** Edmilson Figueiredo e

Humberto Sousa Lima

**Arte:** Bruno Bazílio e Cirilo Quartim

**Arquivo fotográfico:** Elida Costa (61) 3311-3332

**Circulação e atendimento ao leitor:** Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

### AGÊNCIA SENADO

**Diretora:** Valéria Ribeiro (61) 3311-3327

**Chefia de reportagem:** Denise Costa e Davi Emerich (61) 3311-1670

**Edição:** Rita Nardelli e Flávio de Mattos (61) 3311-1151

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte. Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

*Site:* [www.senado.gov.br](http://www.senado.gov.br) - *E-mail:* [jornal@senado.gov.br](mailto:jornal@senado.gov.br)

Tel.: 0800 61-2211 - Fax: (61) 3311-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

### PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Renan Calheiros, Papaléo Paes, Aelton Freitas e Gilberto Mestrinho

## Plenário acolhe regulamentação da súmula com efeito vinculante

O Plenário aprovou em primeiro turno, ontem, o Projeto de Lei do Senado (PLS) 13/06, que regulamenta a edição das súmulas com efeito vinculante pelo Supremo Tribunal Federal (STF). A súmula vinculante é um instrumento criado pela reforma do Poder Judiciário, promulgada em dezembro de 2004, e tem o objetivo de evitar a insegurança jurídica e a multiplicação de processos sobre questões idênticas. A súmula obriga todo o Judiciário a seguir a interpretação do STF sobre normas sobre as quais haja controvérsia.

O projeto foi elaborado pela Comissão Mista Especial da Reforma do Judiciário, que concluiu os trabalhos em dezembro e teve como relator o senador José Jorge (PFL-PE). Por ser de iniciativa de comissão mista de deputados e senadores, a matéria tem de ser discutida e votada em dois turnos. Um interstício de 48 horas deve ser respeitado até a votação em segundo turno.

Outros dois projetos da comissão que regulamentam dispositivos constitucionais introduzidos pela reforma do Judiciário constaram, ontem, da ordem do dia, mas voltaram à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

O PLS 12/06 foi encaminhado à CCJ porque recebeu em Plenário oito emendas do senador Demostenes Torres (PFL-GO). O projeto restringe o recurso extraordinário ao STF para evitar que a corte se debruce sobre causas muito

particulares, cujo julgamento não ocasionaria reflexos sobre a ordem jurídica. Atualmente, o Supremo recebe recursos de decisões de outras instâncias que possam ter contrariado dispositivo constitucional. Como a Carta Magna é extensa e trata de assuntos muito diversos, os advogados podem alegar desrespeito à Constituição em praticamente qualquer causa.

### Filtro

José Jorge, que também foi o último relator da reforma do Judiciário no Senado, classifica a “criação de um filtro recursal” como “uma das principais medidas para desafogar o Supremo”. O tribunal, segundo o relator, evitaria casos repetitivos ou de menor importância, “podendo dedicar-se a questões que possuam efetiva e ampla repercussão no tecido social brasileiro, seja por um vetor político, econômico ou social”.

O terceiro projeto de regulamentação da reforma do Judiciário é o PLS 14/06, que voltou à CCJ por requerimento da senadora Ana Júlia Carepa (PT-PA). O projeto trata do deslocamento de competência para a Justiça Federal dos crimes contra os direitos humanos. Com essa possibilidade criada pela reforma, em caso de grave violação dos direitos humanos, o procurador-geral da República pode solicitar ao Superior Tribunal de Justiça (STJ) que o julgamento seja transferido da Justiça estadual para a federal.

## Criação do Fundeb e redução do recesso parlamentar na pauta

Foi lida em Plenário, ontem, a proposta de emenda constitucional (PEC) que cria o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, o Fundeb. Além dessa matéria, já tramita no Senado a PEC 8/06, que reduz o recesso parlamentar de 90 para 55 dias. Em breve chega também à Casa o projeto de lei que cria a Super Receita.

A proposta do Fundeb (PEC 9/05), que será encaminhada à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), prevê que o fundo financiará o ensino básico (ensinos fundamental e médio), a educação de crianças de até três anos e de adultos, contando com recursos federais, estaduais e municipais. A senadora Ideli Salvatti (PT-SC) pediu rapidez na tramitação da matéria. O

presidente do colegiado, senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), disse que possivelmente serão apresentadas emendas ao projeto.

A PEC 8/06 tramita na CCJ, sendo relatada pelo senador João Batista Motta (PSDB-ES). A proposta determina dois períodos de recesso parlamentar: de 23 de dezembro a 1º de fevereiro e de 18 a 31 de julho, totalizando 55 dias. Já o projeto que cria a Receita Federal do Brasil (PLC 6.272/05 na Câmara), também conhecida como Super Receita, órgão que reunirá as funções de arrecadação e de fiscalização da Receita Federal e da Secretaria de Receita Previdenciária, está para ser encaminhado ao Senado, onde será debatido pela CCJ e pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

PEC condiciona início da vigência de medida provisória à aprovação da admissibilidade no Congresso. Votação pelos senadores poderá ser concluída ainda na convocação



Proposta votada pelos senadores inclui a majoração de tributos entre as matérias que não podem ser objeto de medida provisória

## Senado aprova em primeiro turno novas regras para MPs

O Plenário do Senado aprovou ontem, em primeiro turno, com 66 votos favoráveis, o texto base da proposta de emenda à Constituição (PEC) que altera a tramitação das medidas provisórias. O projeto retira a eficácia imediata da MP, condicionando o início de sua vigência à aprovação da admissibilidade pelo Congresso. A votação das emendas e de um destaque apresentado pelo senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) ficou para a sessão de hoje.

O objetivo da proposição, que tem como primeiro subscritor o senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), “é conter as distorções que atualmente obstruem e emperram o pleno exercício das atividades do Legislativo”. A PEC (72/05) recebeu parecer favorável do relator na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), Edison Lobão (PFL-MA).

A proposta é considerada pelos parlamentares um dos temas mais relevantes da convocação extraordinária. Durante a votação, o presidente do Senado, Renan Calheiros, lembrou que, nos trabalhos do Plenário em 2005, teve que enfrentar a obstrução da pauta do Senado por MPs em 65% das sessões deliberativas. A convocação quanto ao prejuízo

causado ao processo legislativo pelas MPs e parlamentares da oposição e da base governista.

### Sem força de lei

A discussão da matéria provocou debate no Plenário sobretudo no tocante à parte do texto que retira a “força de lei” da MP – ou seja, a sua vigência já a partir da data de sua publicação –, cuja manutenção foi defendida por Aloizio Mercadante (PT-SP), líder do governo. O senador, no entanto, não obteve sucesso na tentativa de aprovar destaque que mantivesse esse atributo para medidas provisórias. De acordo com a proposta aprovada, somente após a CCJ da Casa em que for iniciada a tramitação da MP aprovar seus requisitos de urgência e relevância é que seus efeitos passam a vigorar. Para tanto, a comissão terá prazo de três dias, com igual período para recurso ao Plenário.

Preocupado com a aprovação da PEC, Marco Maciel (PFL-PE) disse que o texto da proposta, que passa a alternar Senado e Câmara como Casa iniciadora, se aprovado, entrará em choque com o dispositivo constitucional expresso no artigo 64, segundo o qual todos os projetos de lei de autoria do Executivo têm de começar seu trâmite pela Câmara.

As MPs, ainda de acordo com

a proposta, perderão sua eficácia se não forem convertidas em lei no prazo improrrogável de 120 dias. Desses, 60 dias serão reservados para a Câmara dos Deputados apreciar a matéria, ocorrendo o trancamento da pauta daquela Casa a partir do 45º dia. No Senado, o prazo para apreciação da MP será de 45 dias, e o bloqueio da pauta ocorrerá a partir do 30º dia, se não for votada até lá. A Casa revisora terá 15 dias para examinar eventuais mudanças.

A proposta de emenda constitucional também inclui a majoração de tributos entre a lista de matérias que não podem ser objeto de medida provisória.

A expectativa é que o Senado aprove a proposta ainda durante o período de convocação do Congresso Nacional. Após concluída a votação em primeiro turno pela Casa, a PEC terá de passar por três sessões de discussão em segundo turno com nova votação na Casa, que também exige quórum de 49 senadores para sua aprovação. Depois da aprovação final do Senado, a proposta seguirá para deliberação da Câmara dos Deputados, em dois turnos de votação.

▶ Veja mais decisões nas páginas 6 e 8.

## Mão Santa exige redução de impostos

Mão Santa (PMDB-PI) cobrou do líder do governo, Aloizio Mercadante (PT-SP), a redução da carga tributária sobre as empresas e pessoas físicas e dos juros bancários, “que favorecem somente os banqueiros”.

O senador acusou o governo de não devolver, ao menos em prestação de serviços na área de saúde, educação e segurança, o dinheiro pago pelo cidadão brasileiro em Imposto de Renda.

– A cada ano, o trabalhador paga cinco meses [de salário] de Imposto de Renda e nada disso é revertido para melhorar a sua condição de cidadão.

Mão Santa também criticou o governo Lula por fazer propaganda da recente quitação de dívida com o FMI, e ressaltou que, para isso, o Brasil “aumentou a dívida interna contraindo inúmeros empréstimos com outros bancos”.

## Jucá anuncia regularização de terras

Romero Jucá (PMDB-RR) anunciou ontem o início de programa do Ministério do Desenvolvimento Agrário para regularização de terras na Amazônia. Ele informou que o ministro Miguel Rossetto esteve em visita oficial a Roraima, onde entregou mil títulos de propriedade definitiva de 500 hectares a produtores locais.

Jucá lembrou que Roraima e Amapá, por terem sido demarcados como territórios e contarem com grandes áreas de selva amazônica em relação ao seu tamanho, apresentam o maior número de problemas agrários.

Arthur Virgílio acusa governo de fazer uso político da Polícia Federal; José Agripino exige providências do Ministério da Justiça; Aloizio Mercadante quer comparar Lula com FHC

# Líderes desmentem acordo e dizem que a "lista de Furnas" é falsa

Os rumores de tentativa de acordo entre governo e oposição para evitar investigações sobre a chamada "lista de Furnas" e o aprofundamento das apurações sobre o mensalão motivaram debate em Plenário. O líder do PFL, José Agripino, defendeu a convo-

cação de Dimas Toledo – ex-diretor de Furnas e autor de suposta lista de doações da empresa a campanhas eleitorais – e do publicitário Duda Mendonça. Os líderes do PSDB, Arthur Virgílio, e do governo, Aloizio Mercadante, disseram acreditar que a lista seja falsa.

José Agripino



## Iniciativa para livrar partido de "injusta acusação"

O líder do PFL, José Agripino (RN), defendeu ontem nova convocação do publicitário Duda Mendonça pela CPI dos Correios e a convocação do ex-diretor de Furnas Dimas Toledo, autor de uma suposta lista de doações a importantes políticos, inclusive do PFL e do PSDB. O senador disse querer livrar o seu partido “da injusta acusação” de receber doações ilegais e de estar contra a nova audiência de Duda Mendonça para evitar que o governo, em represália, explore a “lista de Furnas”.

– Na próxima reunião administrativa da CPI, vou apresentar requerimento propondo a convocação dos dois.

Agripino recebeu apoio dos senadores Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), Antero Paes de Barros (PSDB-MT), Jefferson Péres (PDT-AM) e Romeu Tuma (PFL-SP). O senador Sibá Machado (PT-AC) desaconselhou a convocação de Toledo, uma vez que a existência da lista não teria fundamento.

O líder do PFL cobrou ainda providências do Ministério da Justiça e da Polícia Federal no sentido de investigar a existência da lista e seu suposto conteúdo com a mesma presteza observada quando surgiram denúncias de que uma lista do mensalão incriminava o então deputado Severino Cavalcanti (PP-PE) e outros 21 parlamentares do Partido Progressista.

Arthur Virgílio



## "Dimas Toledo deve vir à CPI, Duda Mendonça também"

Ao reafirmar sua convicção de que é falsa a chamada "lista de Furnas", Arthur Virgílio (PSDB-AM) cobrou mais uma vez do ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, um pronunciamento oficial sobre o assunto. Ele também refutou a existência de um acordo para abafar as investigações das CPIs.

– O PSDB se incomoda com essa história de acordinhos e de acordão. Por isso, embora compreenda a legitimidade da opinião do relator da CPI dos Correios, deputado Osmar Serraglio, de não haver base legal para a convocação de Dimas Toledo, entendo que é imperioso que ele compareça. Dimas deve vir, Duda Mendonça também ou quem quer que tenha contas a prestar – afirmou.

O governo Lula, na avaliação de Virgílio, está tentando transformar a Polícia Federal em uma organização partidária a serviço dos atuais detentores do poder. O silêncio do governo sobre o caso, disse, pode ser uma estratégia para “misturar em um mesmo saco” opositores e partidários do governo envolvidos no mensalão.

Em aparte, Sérgio Guerra (PSDB-PE) classificou a "lista de Furnas" como “fraude, conspiração e intriga”. Alvaro Dias (PSDB-PR) lembrou que na primeira vez em que Roberto Jefferson falou sobre Furnas foi para denunciar um esquema de desvio de recursos que beneficiaria o PT.

Aloizio Mercadante



## "Governo e PT não fizeram uso político de denúncia"

O líder do governo, Aloizio Mercadante (PT-SP), disse ontem que nem o governo nem o PT fizeram uso político da lista que foi divulgada pela imprensa mencionando nomes de supostos recebedores de recursos que seriam oriundos de um caixa dois montado pela empresa estatal Furnas.

O parlamentar voltou a defender a presunção da inocência, até que se prove a culpa, daqueles que são alvo de denúncias. Com base nisso, afirmou que confia na palavra dos parlamentares opositores que garantiram a falsidade da lista. Ele lamentou a apresentação de denúncias infundadas cujos desmentidos acabam não tendo o mesmo destaque na imprensa.

Mercadante também rechaçou as críticas feitas ao ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, e à Polícia Federal. O líder do governo destacou que o ministro da Justiça já determinou à Polícia Federal que acelere as investigações sobre a origem da tal lista.

Em aparte, Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) assegurou que a chamada “lista de Furnas” é falsa.

Mercadante convidou a oposição para debater e comparar os oito anos do governo Fernando Henrique com os três anos já transcorridos do governo Lula.



Antonio Carlos critica política social de Lula e transposição do rio São Francisco

## ACM: pesquisa diz que Serra venceria Lula

Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) lembrou que, segundo as pesquisas, Lula seria derrotado pelo prefeito de São Paulo, José Serra, do PSDB, no primeiro e no segundo turnos da eleição para presidente.

O senador afirmou que Lula subiu nas pesquisas porque a convocação para depoimentos às CPIs teria sido malfeita e porque jornais e televisões teriam poupado o presidente de acusações que, na sua opinião, ele merecia. ACM foi irônico ao dizer que Lula não reconheceu a competência de Aloizio Mercadante (PT-SP), ao não escolhê-lo para ocupar o Ministério da Fazenda.

Antonio Carlos citou reportagem do jornal *O Estado de S. Paulo* para criticar a política social do governo Lula, que não teria sido bem-sucedida nem mesmo em uma cidade de menos de 5 mil habitantes, como Guaribas (PI). Ele criticou também a contratação de 265 jornalistas pela Petrobras Transporte S.A.

O parlamentar condenou ainda o projeto de transposição de águas do rio São Francisco, comentando nota da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), que considera o projeto “inviável”.

### TV Senado

Antonio Carlos lembrou a passagem dos dez anos da TV Senado, projeto do então presidente do Senado José Sarney, ao qual ele deu continuidade, afirmando que foi um “trabalho hercúleo que deu certo”. O senador destacou o trabalho do jornalista Fernando César Mesquita na implantação da TV Senado.

Efraim espera uma rápida decisão da alta corte; depoimentos de secretário, empresários e dirigentes de fundos e estatais movimentam comissões



Garibaldi Alves (E) e Efraim Morais levam o pleito da CPI dos Bingos ao ministro Nelson Jobim

## Pedido de CPI para quebra de sigilo será reexaminado pelo STF

O presidente da CPI dos Bingos, senador Efraim Morais (PFL-PB), informou ontem que o Supremo Tribunal Federal (STF) vai reexaminar o pedido para a quebra dos sigilos bancário, telefônico e fiscal do presidente do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), Paulo Okamoto, e do empresário Roberto Carlos Kurzweil. O pedido será analisado pelo ministro Cezar Peluso.

A decisão foi anunciada após reunião de que participaram Efraim Morais; o relator da CPI, senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN); e o presidente do STF, ministro Nelson Jobim. Aprovados pela comissão, os pedidos para a quebra dos sigilos de Okamoto e Kurzweil foram negados pela alta corte na semana passada.

Em entrevista aos jornalistas, o presidente da comissão de inquérito destacou que o clima do encontro com Jobim foi “cordial”.

– Mostramos ao ministro Jobim que a CPI dos Bingos tem cumprido as decisões do Supremo e solicita-

mos a ele um reexame da matéria, tanto no caso do Okamoto como no caso do Kurzweil. A comissão vai repassar todas as informações ao ministro Peluso, com dados fundamentados, inclusive o teor dos próximos depoimentos. Acreditamos em uma decisão rápida do tribunal – disse o senador.

O senador ressaltou que a comissão não vai reapresentar pedido para a quebra dos sigilos do presidente do Sebrae e do empresário.

Na avaliação de Efraim, a conversa com o presidente do STF servirá para aperfeiçoar os trabalhos da CPI dos Bingos.

– O encontro indicou que temos que fundamentar bem os nossos requerimentos para que evitemos perda de tempo. A CPI vai ter esse cuidado e orientar os parlamentares para que possamos agilizar nossos trabalhos – afirmou.

Durante a audiência, segundo Garibaldi Alves, o presidente do STF lembrou que a instalação da CPI dos Bingos só foi possível graças a uma decisão do tribunal.

## Senado inicia análise da indicação de Ricardo Lewandowski para o STF

Foi lida ontem no Plenário a mensagem do presidente Lula que indica o jurista Ricardo Lewandowski para ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), na vaga de Carlos Velloso, que se aposentou. A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Pela Constituição, cabe ao Senado aprovar previamente as designações para o Supremo. Antes, o indicado é submetido a sabatina na CCJ e,

depois, seu nome é votado pelo Plenário, em sessão secreta.

Lewandowski, 57 anos, é desembargador do estado de São Paulo. Será o quinto ministro do STF indicado por Lula. Ele se formou em Ciências Políticas e Sociais pela Escola de Sociologia e Política de São Paulo (1971) e em Direito pela Faculdade de São Bernardo do Campo (1973), cidade onde Lula começou a carreira de líder sindical.

## Empresário diz que alugou carros ao PT

Em depoimento à CPI dos Bingos, o empresário Roberto Carlos Kurzweil negou ontem que tenha cedido ou emprestado o carro que supostamente transportou cerca de US\$ 1,4 milhão oriundo do governo cubano e que seria destinado ao caixa dois da campanha eleitoral do presidente Lula, em 2002.

Kurzweil reconheceu, entretanto, que a locadora, de sua propriedade, alugou três veículos blindados para o PT para serem usados, respectivamente, pelo candidato Lula e seus auxiliares mais próximos, José Dirceu e Antonio Palocci. O depoente adiantou que o pagamento foi feito em cheques do partido.

O empresário, que após munido de *habeas corpus* concedido pelo Supremo Tribunal Federal (STF), negou também que tenha contribuído com qualquer quantia para o PT.

## Depoente nega envolvimento com Cachoeira

O empresário Carlos Roberto Martins disse ontem, na CPI dos Bingos, que teve apenas relacionamento empresarial com Carlos Augusto Ramos, o Carlinhos Cachoeira. Afirmando que não conhece Waldomiro Diniz, o depoente salientou desconhecer “qualquer tipo de negociação” entre o empresário do ramo de jogos eletrônicos e o ex-presidente da Loterj e ex-assessor da Casa Civil.

Também depondo na CPI, o empresário da área de tecnologia da informação Messias Antônio Ribeiro Neto negou participação em esquemas criminosos para exploração de loterias estaduais. Messias Neto, que foi sócio em 1995 de Cachoeira, explicou que seu papel era “operacional”, restringindo-se à implantação de sistema de informática.

## Serraglio: dados sobre contas de Duda estão no Ministério Público

Os dados sobre a movimentação bancária do publicitário Duda Mendonça, que membros da CPI dos Correios foram procurar nos Estados Unidos na semana passada, já estão no Brasil, sob a tutela do Ministério Público, de acordo com o relator da comissão, deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR).

Antes que a CPI possa ter acesso às informações, no entanto, é preciso que a corte judicial norte-americana autorize o compartilhamento, o que, segundo Serraglio, deve acontecer nos próximos dias. Ele e os relatores-adjuntos da CPI, Maurício Rands (PT-CE) e Eduardo Paes (PSDB-RJ), obtiveram a concordância das autoridades daquele país para o acesso ao sigilo bancário do publicitário, que tem pelo menos três contas vinculadas aos Estados Unidos. Em uma delas, a Dusseldorf, com sede nas Bahamas, ele confessou ter recebido R\$ 10,5 milhões do caixa dois do Partido dos Trabalhadores (PT) pelos serviços prestados na campanha

eleitoral de 2002, por meio do chamado valerioduto. De posse desses documentos, ressaltou Serraglio, a comissão deverá ter cautela.

– Teremos que estabelecer limites para o uso desses dados. Vamos discutir quem são as pessoas que irão utilizá-los, quando eles virão a público e de que forma – alertou.

### Depoimento

Também na CPI dos Correios, o gerente do Projeto Correo Híbrido Postal da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT), Paulo Roberto Lobo da Rocha, negou em seu depoimento, na Sub-Relatoria de Contratos, que tenha havido direcionamento no processo licitatório que conferiu ao consórcio BR Postal um negócio estimado em R\$ 2,5 bilhões. Para o sub-relator, deputado José Eduardo Cardozo (PT-SP), no entanto, o edital restringia o universo dos participantes e chama a atenção o fato de a parte relativa à impressão ser contratada junto com a relativa ao *software* utilizado no sistema.



Sub-relator ACM Neto (E), ao lado de Onyx Lorenzoni, ouve depoimento de Adacir Reis

## Secretário propõe meios de aprimorar fundos de pensão

O secretário de Previdência Complementar do Ministério da Previdência, Adacir Reis, sugeriu ontem aos integrantes da CPMI dos Correios medidas que, a seu ver, poderiam contribuir para o aprimoramento do sistema de fundos de pensão: a retomada da discussão sobre a Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc); ajustes na legislação sobre sigilo; a adoção obrigatória de plataformas eletrônicas para negociação de títulos e valores imobiliários; e a obrigatoriedade legal de que prestadores de serviço comuniquem ao órgão de supervisão qualquer irregularidade constatada.

## Dirigentes do Postalis contestam denúncia de má-fé

O ex-diretor de Investimento do Postalis (fundo de pensão da ECT) Hélio Pereira e o atual dirigente, Adilson Costa, em depoimento à Sub-Relatoria de Fundos de Pensão, da CPI dos Correios, negaram má-fé na gestão do fundo. Também negaram ligações com os bancos BMG e Rural e envolvimento com os empréstimos a Marcos Valério.

Segundo o sub-relator, deputado Antônio Carlos Magalhães Neto (PFL-BA), o Postalis foi o terceiro maior investidor no Rural, recebendo em 2003 e 2004 mais de R\$ 46,4 milhões. Já no BMG, o investimento em CDBs foi de R\$ 23 milhões.

Proposta da senadora, elaborada em conjunto com a deputada Luciana Genro, estabelece que valor será corrigido pelo IPCA, acrescido de 26%

## Heloísa apresenta projeto que dobra valor do salário mínimo

A senadora Heloísa Helena (PSOL-AL) apresentou projeto de lei que, conforme afirmou, vai concretizar o que o então candidato Luiz Inácio Lula da Silva prometeu na campanha eleitoral de 2002, mas não cumpriu: dobrar o valor do salário mínimo. Sua proposta (PLS 22/06), elaborada em conjunto com a deputada federal Luciana Genro (PSOL-RS), estabelece que o mínimo será corrigido pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), acrescido do índice de 26%.

Ao falar ontem sobre o projeto, Heloísa Helena ressaltou que, caso o salário mínimo cumprisse as funções previstas na Consti-



Para Heloísa Helena, reajuste anunciado pelo governo é "uma fraude política"

tuição federal, seu valor deveria ser de, aproximadamente, R\$ 1.400. Para ela, o aumento recentemente anunciado pelo governo Lula "constitui uma farsa técnica e uma fraude política".

Heloísa Helena ainda afirmou que, caso o presidente tivesse cumprido sua promessa, o mínimo seria de R\$ 400, em caso de aumento nominal, ou de R\$ 570, em caso de aumento real (descontada a inflação).

A parlamentar destacou que uma das fontes de recursos para o aumento que propõe seria a Seguridade Social – que, segundo ela, é superavitária.

– Não aceito o debate que considera a Seguridade Social deficitária, apesar dos golpes que sofreu, como o representado pela Desvinculação das Receitas da União (DRU) criada pelo governo Fernando Henrique Cardoso – declarou.

### Renan e ABDIB defendem reformas

O presidente do Senado, Renan Calheiros, recebeu ontem o presidente da Associação Brasileira da Infra-Estrutura e Indústria de Base (ABDIB), Paulo Godoy, com quem conversou sobre o futuro do Brasil e as condições mundiais favoráveis à inserção do país numa rota de maior desenvolvimento econômico.

Ao deixar a audiência, Paulo Godoy disse que ele e Renan concordaram em que é preciso aproveitar este momento favorável e aprovar reformas estruturais de longo prazo, que garantam para o Brasil um crescimento sustentável.

– Falamos sobre as reformas que ainda precisam ser enfrentadas, como a batalha da reforma previdenciária.

Paulo Godoy afirmou a Renan que o Congresso precisa concluir a votação de projetos integrantes da reforma tributária e votar a Lei do Gás.

– As novas descobertas de reservas exigem uma nova regulamentação, por isso defendemos esse projeto.

Godoy e Renan falaram também sobre o projeto de Lei do Saneamento, que o governo enviou ao Congresso e que aguarda deliberação na Câmara. Discutiram ainda o proposta que reformula o papel das agências reguladoras.

### Quintanilha aplaude pacote que incentiva construção civil

Ao registrar que participou da solenidade, no Palácio do Planalto, na qual o presidente Lula anunciou um pacote de incentivos à construção civil, o senador Leomar Quintanilha (PCdoB-TO) aplaudiu as medidas, afirmando que elas possibilitarão que pessoas de baixa renda realizem o sonho da casa própria. Entre as decisões tomadas, estão a liberação de R\$ 18,5 bilhões para financiamento da construção de moradias e a redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) de materiais de construção.

– Esse é um estímulo muito grande para reduzir a demanda



Quintanilha destaca que medidas podem reduzir a demanda reprimida do setor

reprimida e vai possibilitar que pessoas de baixa renda possam ter um lugar condizente e saudável para abrigar a si e à sua família – afirmou Quintanilha.

O senador também comemorou a sanção da lei aprovada pelo Congresso que amplia o ensino fundamental de oito para nove anos. Ele ressaltou que a nova lei beneficiará principalmente os estudantes de baixa renda.

### Para Ideli, medidas podem desonerar a habitação

Ideli Salvatti (PT-SC) registrou, ontem, o anúncio feito pelo presidente Lula de uma série de medidas no sentido de incrementar e desonerar o setor da construção civil, com o objetivo de beneficiar a população de baixa renda. A senadora, que participou da solenidade no Palácio do Planalto, se disse orgulhosa em saber que a idéia surgiu de iniciativa de entidades de classe catarinenses, que há mais de um ano a procuraram para apresentar a sugestão ao ministro de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Luiz Fernando Furlan.

Ideli salientou que as medidas



Ideli observa que idéia surgiu da iniciativa de entidades catarinenses

vão reduzir significativamente os impostos federais, sendo que 13 produtos de maior consumo terão o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) reduzido para zero e 28 produtos com IPI de até 15% terão a alíquota reduzida para 5%. Outro alcance vai ser a ampliação dos recursos para a habitação social por meio do Fundo de Habitação de Interesse Social.

### Mão Santa pede a Lula respeito ao homem do campo

Preocupado com a seca no interior do Nordeste, o senador Mão Santa (PMDB-PI) pediu ontem ao governo a elaboração de políticas públicas que melhorem a qualidade de vida do homem do campo. A seu ver, a violência urbana é consequência do êxodo rural, ocasionado pelo empobrecimento das áreas rurais.

– O nordestino está pedindo ao presidente da República respeito, sensibilidade, água e alimento – disse o senador, cobrando soluções definitivas para o problema, que já fez, conforme ele, 110 prefeituras do Piauí declararem estado de emergência.

O senador lembrou ainda palavras do ex-presidente americano



Mão Santa afirma que 110 municípios do Piauí declararam estado de emergência

Franklin Roosevelt, segundo as quais as cidades poderiam ser destruídas – pois seriam reconstruídas –, mas o campo não, por ser o responsável pela agropecuária, que alimenta a população.

Em aparte, o senador José Maranhão (PMDB-PB) considerou a transposição de águas do rio São Francisco um grande projeto para alavancar o desenvolvimento do Nordeste, dando ao homem do interior melhores condições de vida “em seu próprio habitat”.



Paulo Paim (2º à esquerda) durante debate entre representantes de confederações

### Comissão discute política de reajustes com entidades patronais

A Comissão Especial Mista do Salário Mínimo realizou ontem audiência pública com representantes de entidades patronais para discutir a elaboração de política de reajuste do mínimo e de recuperação dos benefícios de aposentados e pensionistas.

O presidente da sessão de cargas da Confederação Nacional de Transportes (CNT), Flávio Benatti, disse que é preciso levar em consideração a evolução da produtividade das empresas no momento da definição dos reajustes salariais dos trabalhadores.

– Qualquer solução deve ainda considerar a grande diversidade do impacto do salário mínimo por setor de atividade, região e características dos trabalhadores – acrescentou Benatti.

Simone Saísse, gerente-executiva da Unidade de Relações do Trabalho da Confederação

Nacional da Indústria (CNI), afirmou que existe o risco de as novas políticas a serem definidas não beneficiarem as parcelas mais carentes da população.

O representante da Confederação Nacional do Comércio, Carlos Tadeu de Freitas Gomes, observou que o crescimento da renda dos trabalhadores se traduz diretamente em crescimento econômico e considerou bastante satisfatória a correção do mínimo proposta pelo governo.

Os representantes da Federação da Indústria do Estado de São Paulo (Fiesp), Paulo Skaf, e da Associação Nacional das Micro e Pequenas Indústrias (Assimpi), Joseph Couri, não compareceram à reunião. O senador Paulo Paim (PT-RS), relator da comissão, criticou a falta de interesse do presidente da Fiesp em debater o assunto.

Célio Azevedo



Bezerra (à esquerda) destaca esforço na negociação de dívidas rurais do Nordeste

## Senado busca saída para dívida de agricultores do Nordeste

O presidente do Senado, Renan Calheiros, informou que está disposto a colocar em votação no Plenário o projeto de lei da Câmara dos Deputados (PLC 142/05) que estabelece novos critérios para a renegociação das dívidas rurais na área de atuação da Agência de Desenvolvimento do Nordeste (Adene).

Na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), a proposta provocou muita discussão e o presidente do colegiado, Luiz Otávio (PMDB-PA), transferiu a votação para a próxima terça-feira.

O relator da matéria, senador Fernando Bezerra (PTB-RN), líder do governo no Congresso, justificou o adiamento de seu parecer afirmando que ainda negocia o projeto com o governo, pois no Nordeste, segundo ele, a

questão agrícola é diferente das demais regiões, devido à seca.

– Além de uma solução para o problema agora, precisamos garantir que essa situação não se repita no futuro – justificou.

O adiamento da votação do projeto foi criticado por senadores da base governista e da oposição. Depois de examinada pela CAE, a matéria será ainda apreciada pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.

No Plenário, Bezerra voltou a tratar do assunto para destacar seu esforço em negociar uma saída definitiva para a questão.

– O governo deve dar condições para que as dívidas agrárias do Nordeste sejam repactuadas. Essa dívida é impagável e, como consequência, é incobrável – sustentou ele.

## Amapá vai fazer empréstimo de US\$ 4,8 milhões

A população carente do Amapá vai se beneficiar com um programa de geração de emprego e renda. Ontem, o Plenário do Senado autorizou o estado a contratar empréstimo de US\$ 4,8 milhões junto ao Banco Mundial (Bird), destinado ao financiamento parcial do projeto Comunidades Duráveis do Amapá. A proposta, que será promulgada, havia sido aprovada pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Além de gerar emprego e renda, o projeto tem o objetivo de integrar o desenvolvimento socioeconômico e a conservação ambiental no nível local.

Caberá ao governo do Amapá o financiamento do restante do valor total do projeto, estimado em US\$ 6,8 milhões, entre 2005 e 2008. Segundo o relator da matéria, senador Wellington Salgado (PMDB-MG), a operação de crédito está dentro dos limites e condições necessários.

## Ministro dos Transportes debate tapa-buracos

A CAE aprovou três requerimentos de audiências públicas. A primeira será na próxima terça-feira, com a presença do ministro dos Transportes, Alfredo Nascimento, sobre a operação tapa-buracos. As outras, ainda sem data definida, serão para apreciação das implicações da MP que alterou o regime tributário do Simples; e para que seja ouvido o ministro das Cidades, Márcio Fortes, sobre os critérios de utilização de recursos de emendas individuais de parlamentares ao Orçamento de 2005. Os requerimentos são de Romeu Tuma (PFL-SP), José Jorge (PFL-PE) e Sérgio Guerra (PSDB-PE), respectivamente. Outro requerimento aprovado, de Gilvam Borges (PMDB-AP), solicita o comparecimento do secretário do Tesouro Nacional, Joaquim Levy, para tratar sobre operação de crédito entre o Maranhão e a construtora Camargo Corrêa.

O relator setorial, deputado Amauri Gasques, apresentou errata assegurando a ampliação dos valores em emendas de cinco bancadas: DF, ES, AC, RJ e MG

# Orçamento: relatório parcial de Justiça e Defesa é aprovado

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) aprovou ontem o texto-base do relatório setorial de Justiça e Defesa apresentado à proposta do Orçamento da União de 2006. No documento, estão previstas despesas totais na área de R\$ 40,64 bilhões, dos quais R\$ 5,2 bilhões são destinados ao Ministério da Justiça e R\$ 35,44 bilhões à pasta da Defesa.

O relator, deputado Amauri Gasques (PL-SP), incluiu errata ao texto original, para assegurar a ampliação dos valores em emendas apresentadas pelas bancadas do Distrito Federal, Espírito Santo, Acre, Rio de Janeiro e Minas Gerais. Representantes de outros estados pediram tratamento semelhante, mas acabaram apoiando o parecer depois da promessa do relator de que seus pleitos serão analisados durante a votação dos destaques.



Comissão aprova relatório que prevê R\$ 5,2 bi para Justiça e R\$ 35,44 bi para Defesa

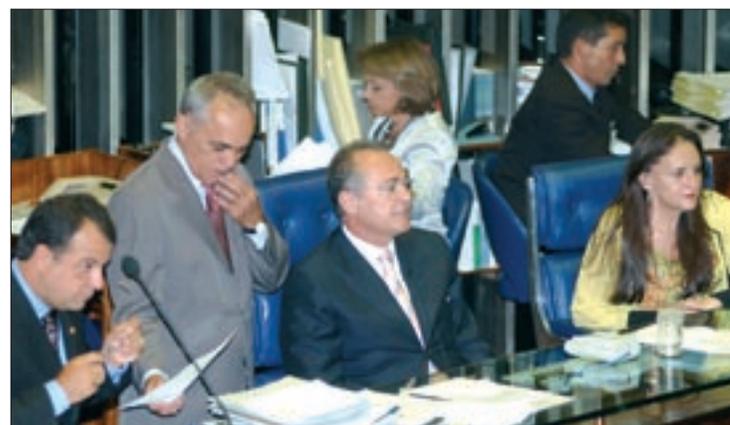
Na errata, valores considerados simbólicos no texto original foram substancialmente ampliados. Proposta da bancada fluminense, a construção de um aeroporto em Volta Redonda, antes com previsão de R\$ 88 mil, passou a contar com dotação de R\$ 11,9 milhões em 2006, com recursos do Fundo Aeronáutico. O presidente da comissão, senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM),

anunciou que pretende concluir a votação de todos os relatórios setoriais ainda nesta semana. Até o momento, apenas quatro dos dez documentos foram integralmente aprovados, e três esperam a votação dos destaques, inclusive o relatório de Justiça e Defesa. Outros três ainda terão seus textos examinados. Uma nova reunião foi marcada para hoje, às 10h30.

## Servidores fazem manifestação

Servidores de vários ministérios ocuparam ontem a sala da Comissão Mista de Orçamento para pressionar os deputados e senadores em favor de uma verba adicional de R\$ 5 bilhões para reajuste de seus salários. Em cartazes, eles criticaram o governo por não cumprir os acordos salariais firmados no ano passado, depois de uma greve.

O projeto orçamentário conta até agora com uma verba de R\$ 1,5 bilhão para reajustes salariais e esse valor, segundo os servidores, só permite que o governo cumpra uma parte dos acordos assinados com a categoria. Um dos maiores empecilhos para um acerto com o governo seria a intenção do Executivo de conceder aumentos apenas para as gratificações, e não ao salário base. Além disso, os manifestantes alegam que o Ministério do Planejamento pretende dar reajustes mais baixos para os aposentados, o que contraria a Constituição. Nos próximos dias, o governo decidirá quanto os funcionários irão receber.



Renan: crescimento da apreciação positiva é resultado do trabalho dos parlamentares

## Recuperação da imagem do Congresso não surpreende Renan

O presidente do Senado, Renan Calheiros, disse não ter ficado surpreso com o resultado de pesquisa do Datafolha, na qual aparece um crescimento da apreciação positiva que a sociedade brasileira faz do Congresso Nacional. Segundo a pesquisa, a avaliação do Parlamento voltou ao nível em que se encontrava antes das denúncias feitas pelo deputado cassado Roberto Jefferson.

– Não me surpreendo. É o resultado do trabalho que estamos realizando, das votações que têm acontecido e da constatação de que estamos apurando as denúncias, sem qualquer possibilidade

de acordão – disse o presidente do Senado.

Renan Calheiros acrescentou que, desde janeiro, o Congresso Nacional tem aprovado toda a legislação infraconstitucional da reforma do Judiciário, que será, segundo ele, uma revolução silenciosa, porque dará rapidez e eficiência à prestação jurisdicional, principalmente nas instâncias inferiores. “Além disso, aprovamos o que sempre foi uma exigência da sociedade: acabamos com o pagamento dos subsídios extras pela convocação extraordinária e reduzimos o recesso dos parlamentares”, afirmou.

Moreira/Meiz

Geraldo/Meiz

PEC acolhida na Câmara chegou ontem ao Senado e segue para a CCJ. De acordo com o senador, a proposta deve ser votada em Plenário ainda na convocação extraordinária

## Fundeb poderá ser aprovado até dia 14, afirma Tião Viana

Ao receber da Câmara dos Deputados a proposta que cria o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), o vice-presidente do Senado, Tião Viana, afirmou que a matéria poderá ser aprovada ainda durante a convocação extraordinária.

O parlamentar disse que falará com o presidente do Senado, Renan Calheiros, a fim de viabilizar acordo com os líderes e com o presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), para que a proposta (PEC 536/97) seja encaminhada ainda hoje à CCJ. A intenção é que a matéria possa ser votada em Plenário antes do

encerramento dos trabalhos da convocação extraordinária.

Ideli Salvatti (PT-SC), que, junto com Tião Viana, recebeu a proposta das mãos dos deputados Iara Bernardi (PT-SP) e Severiano Alves (PDT-BA), afirmou que postula a relatoria da PEC. Ela destacou que o fato de outros senadores também desejarem essa relatoria demonstra a importância do projeto. Com 399 votos favoráveis, 2 contrários e 2 abstenções, a PEC foi aprovada na Câmara na última quinta-feira, em segundo turno.

Destinada a ampliar o atendimento aos alunos da educação infantil, do ensino fundamental e médio e da educação de jovens e adultos, o Fundeb deverá aumentar em cerca de 20 milhões

o número de estudantes, nos próximos quatro anos, segundo Iara Bernardi, que foi relatora da proposta na Câmara.

O número atual de 30,7 milhões de alunos deverá crescer para mais de 47 milhões, a partir do quarto ano de vigência do fundo. O Fundeb substituirá o atual Fundef (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério), que vincula a aplicação de recursos apenas ao ensino fundamental.

Estados e municípios participam com recursos de impostos e transferências constitucionais. A PEC assegura uma complementação da União sempre que o valor mínimo por aluno não alcançar o piso definido nacionalmente.



Tião Viana, entre os deputados Severiano Alves e Iara Bernardi, e Ideli recebem a proposta que cria o Fundeb, aprovada na Câmara

## Votos de pesar pelas mortes de Aldemir Martins e Tales Alvarenga

O Senado apresentará condolências à família do artista plástico Aldemir Martins, falecido no domingo. Requerimentos de pesar, aprovados em Plenário, foram apresentados por Eduardo Suplicy (PT-SP), Tasso Jereissati (PSDB-CE) e José Jorge (PFL-PE).

Aldemir Martins, 83 anos, apesar de também ter sido gravurista, ceramista e escultor, marcou o cenário das artes plásticas como desenhista e pintor. Era conhecido pelos tons fortes e figuras como o cangaceiro, o galo, as frutas e os gatos, presentes em sua obra.

Suplicy lembrou que o artista cearense, que adotou São Paulo para morar, recebeu inúmeros

prêmios nacionais e internacionais, e realizou mais de 150 exposições coletivas e individuais.

– Ele soube, através de seus desenhos, expressar tão bem as dificuldades do sertanejo nordestino, as aspirações de liberdade e de justiça de todos os brasileiros – afirmou o senador.

O Plenário acolheu também requerimento de Romeu Tuma (PFL-SP) de voto de pesar pela morte do jornalista Tales Alvarenga, ocorrida na sexta-feira, em São Paulo. Alvarenga, que morreu aos 61 anos, era diretor editorial das revistas *Veja* e *Exame*. Mineiro, iniciou sua carreira jornalística em Belo Horizonte, em 1968.

## Senado prestará homenagem a Dorothy Stang

O Senado aprovou ontem requerimento dos senadores petistas Ana Júlia Carepa (PA) e Sibá Machado (AC) para homenagear, na sessão de sexta-feira, a missionária norte-americana Dorothy Stang, assassinada em 2005, em Anapu, no Pará.

Dorothy Stang era uma líder popular na região, onde lutava pela implantação de um projeto de desenvolvimento sustentável que previa a distribuição de terras para os fazendeiros e que resultou na morte da missionária.



Comissão de Educação manifesta-se a favor da proposta, aprovada depois pelo Plenário

## Ensino na Marinha será regido por nova legislação

O Senado aprovou ontem à noite projeto de lei que moderniza a legislação sobre o ensino na Marinha, adequando-a à Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB). Antes, a Comissão de Educação (CE) havia se manifestado favoravelmente à proposta, que seguiu para o Plenário em regime de urgência. A matéria vai agora para sanção presidencial.

Romeu Tuma (PFL-SP), designado para a leitura do relatório elaborado por Marcelo Crivella (PRB-RJ), destacou a importância de atualizar a legislação que rege o ensino militar, uma vez que a norma vigente é da década de 1970.

Para Flávio Arns (PT-PR), adequar o ensino da Marinha à Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) poderá contribuir para o aperfeiçoamento da qualificação dos estudantes, em prol da instituição. Ele salientou que o projeto (PLC 139/05) inclui inovações como o pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas.

Crivella explicou, em seu relatório, que a LDB determina que o ensino militar seja regulado por legislação específica, de acordo

com a natureza da missão constitucional de cada uma das Forças Armadas. O sistema de ensino naval, frisou, compreende cursos e estágios em diferentes modalidades de ensino – educação básica e superior, incluindo pós-graduação e educação profissional.

O senador Cristovam Buarque (PDT-DF) disse considerar importante que o povo brasileiro cultive um sentimento de nacionalidade e que, na sua visão, as Forças Armadas têm papel importante nesse sentido.

### Petrobras

A comissão aprovou ainda pedido de José Jorge (PFL-PE) para realização de audiência sobre campanha publicitária da Petrobras, no valor de R\$ 37 milhões, voltada à divulgação da auto-suficiência brasileira na produção de petróleo. A reunião deve ser em conjunto com a Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) e pode contar com a presença do presidente da estatal, Sérgio Gabrielli. Também foram acolhidos requerimentos de audiências para debater o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb).

## Papaléo cobra mais investimentos no ensino superior

Papaléo Paes (PSDB-AP) cobrou mais investimentos para o ensino superior, mostrando que o país corre o risco de ficar marginalizado no contexto da produção científica e tecnológica mundial. Analisando estatísticas divulgadas pelo Ministério da Educação, ele concluiu que a formação de doutores e pós-doutores no Brasil é, além de insuficiente, mal distribuída regionalmente.

Ele assinalou que o Brasil formou 4,6 doutores para cada cem mil habitantes no ano 2000, enquanto a Coreia do Sul formou 13,6 no mesmo ano. Outra comparação feita pelo parlamentar foi com o Chile, onde a produção científica é de 70 artigos publicados para cada 1 milhão de habitantes, enquanto no Brasil



Conforme Papaléo, o país precisa de mais cursos de doutorado e pós-doutorado

a proporção seria de 39 artigos por milhão de habitantes. Ele ressaltou que a situação melhorou nos últimos anos, mas não o suficiente.

O senador enfatizou a necessidade de aumentar o número de cursos de doutorado e de pós-doutorado e de distribuí-los melhor entre as regiões, diminuindo a concentração no Sul e no Sudeste. Ele pediu ainda o aumento do valor das bolsas concedidas a alunos de mestrado e de doutorado.